

Sarney aceitará emendas às reformas mas sem anarquia

Brasília — O Senador José Sarney (Arena-MA), relator do projeto de reformas políticas, disse ontem após audiência com o Presidente Ernesto Geisel, que o Governo não tem "sectorismo" com relação ao recebimento de emendas, "desde que elas não interfiram na tese central de não abandonar a auto-defesa do Estado, a fim de evitar a abertura para a anarquia".

Para ele, a Emenda Montoro é "partidária" e visa a anular as convenções da Arena, além de interferir no processo sucessório. "Trata-se de uma emenda contestatória" — disse — "e por isso inaceitável". Para reforçar sua tese, o Senador José Sarney indagou, em tom irônico: "Por que o Senador Montoro não propôs eleições diretas há um ano atrás?"

Emendas

O Senador maranhense disse que o "espirito das reformas" é a implantação do estado de direito no país e que, no seu entender, elas são "excelentes" porque representam "um grande avanço para o aperfeiçoamento das instituições". O relator do projeto foi ainda mais além: "As reformas superam, em

muito, a expectativa do povo brasileiro".

Na qualidade de relator, disse que pretende estudar todas as emendas a serem recebidas até o dia 8 de agosto — prazo limite para a apresentação, para depois opinar sobre as alterações que pretende imprimir ao projeto. "Nós entendemos que devemos aceitar todas as emendas que visam a melhorar e explicitar o projeto, desde que elas não interfiram na "tese central".

O Sr. José Sarney criticou ainda aqueles que se opõem ao projeto do Governo, afirmando que "a briga deles é por questões secundárias, como a data da vigência ou quanto ao número de membros do Conselho Constitucional que é um órgão apenas de assessoramento e não de decisão". Para ele, toda reforma esta sujeita a críticas "porque jamais conseguirá satisfazer a todas as opiniões.

Lembrou que o Artigo 16 da Constituição Francesa ainda é criticado "e assim também o projeto do Governo o será, mas isso não invalidará seus méritos. O fato é que o Presidente da República foi o autor de um projeto que está aí e que tem por objetivo a implantação do estado de direito no Brasil".